

Congresso faz acordo para votações

Os presidentes da Câmara Federal, Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), e do Senado, Mauro Benevides (PMDB-CE), reuniram-se ontem com as lideranças partidárias das duas Casas para fechar a pauta de votação que deve vigorar até o dia 15 de dezembro, início do recesso parlamentar. Na Câmara, Ibsen conseguiu entender-se com todos os líderes quanto à tramitação e votação das matérias consideradas polêmicas e prioritárias, como a Reforma Fiscal, Lei de Diretrizes e Bases (Educação), modernização dos portos Lei Orgânica dos Partidos, Propriedade Industrial e Lei de Imprensa. Podem votar hoje os projetos do Executivo e do Judiciário que concedem reajustes de vencimentos aos servidores públicos federais. (ver página 3).

No Senado, Mauro Benevides assegurou a presença de todas as bancadas para a sessão do Congresso à noite. Preocupa-o uma possível obstrução, caso não haja acordo quanto à derrubada dos

vetos à política salarial — restam nove vetos nesse item — que pode emperrar também a apreciação de 24 pedidos de crédito suplementar do Governo para ser aplicado ainda este ano. O PT, aliás, mais tarde adotaria formalmente essa posição. “Quero uma decisão do plenário hoje (ontem) à noite”, anunciou lembrando que nem o Governo nem a oposição têm número suficiente para derrubar ou manter os vetos. Reconheceu, no entanto, que atingir o quorum às terças-feiras é difícil. Benevides não fechou a pauta de fim de ano do Senado porque preferiu pedir a cada líder que aponte suas prioridades, mas já garantiu a convocação de sessões extraordinárias para discutir as matérias que a Câmara ainda vai encaminhar.

O acordo em torno da tramitação das matérias prioritárias na Câmara não vale para o mérito. O presidente garante, porém, que os prazos serão cumpridos, havendo ou não entendimento. To-

dos os projetos deverão estar prontos para a Ordem do Dia a partir do dia 26. Algumas matérias como a Lei de Imprensa e Lei Orgânica dos Partidos estão tramitando nas duas Casas e a que for aprovada primeiro será seguida da outra. Na próxima terça-feira, os líderes discutirão a Lei de Imprensa com o relator da proposta da Câmara, Antônio Britto. A proposta do Senado está para ser votada na Comissão de Justiça daquela Casa. Nesse mesmo dia, o presidente da Comissão Especial que estuda o projeto do Código de Propriedade Industrial, deputado Alberto Goldman, também será ouvido.

O mesmo procedimento que a Câmara tomou quanto à Lei Orgânica dos Partidos — elaborar um substitutivo contendo todas as propostas em tramitação, a exemplo do que foi feito com relação ao Sistema Financeiro Nacional — também está acontecendo no Senado e se aplica à Reforma Fiscal. Hoje será insta-

lada uma comissão especial para compilar todas as propostas existentes. Ainda na reunião dos deputados foi descartada a proposta de criação de uma nova verba de gabinete a ser destinada a cada parlamentar, mensalmente, em espécie. Segundo o presidente da Câmara, não chegaram sequer a discutir valores, porque não havia consenso entre os partidos para autorizar a concessão. O PT, PDT e o PTR reagiram. Fora da reunião que, a essa altura, foi secreta, circulou a informação de que seria algo em torno de Cr\$ 2,5 milhões. Assim como asseguraram a aprovação das propostas de reajustes dos vencimentos dos servidores públicos federais — antecipação e correção do Plano de Carreira — e do Judiciário (alguns líderes reagiram contra o aumento de 53 por cento), garantiram o aumento de 53,5 por cento que beneficia também os funcionários do Congresso e do Tribunal de Contas da União, retroativo a 1º de novembro.